



ECONOMIA SOCIAL OU ECONOMIA SOLIDÁRIA? SOBRE OS FUNDAMENTOS DO MOVIMENTO COOPERATIVO POPULAR NO BRASIL

Social Economy or Solidarity Economy? On the foundations of popular cooperative movement in Brazil

Economia Social ou Economia Solidária? Sobre los fundamentos de lo movimiento cooperativo popular en el Brasil

Sandra Suely Soares Bergonsi (UFPR)*
Tania Stoltz (UFPR)**

* Graduada em Psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (1979), Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1991), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2011). Atua desde 1999 como professora com dedicação exclusiva, no Departamento e Psicologia, na Universidade Federal do Paraná. Tem experiência nas áreas da Psicologia e da Educação, com ênfase em Psicologia da Educação, das Organizações e do Trabalho, atuando como orientadora de trabalhos científicos, cujo foco concentra-se nas perspectivas teóricas de Rudolf Steiner e Vygotsky. Atua em organizações de modelo autogestionário tais como cooperativas e associações, e empreendimentos da Economia Social e Solidária- cooperativas e associações de base popular. Ainda desenvolve trabalhos de educação em contexto não formal. Atuou por dois anos como Chefe de Departamento e durante seis anos como Coordenadora da Pró Reitoria de Extensão

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná (1987), em Educação Artística pela Faculdade de Educação Musical do Paraná (1984), mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1992), doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), pós-doutora pelos Archives Jean Piaget, em Genebra, Suíça (2007) e pós-doutora pela Alanus Hochschule, Alemanha (2011-2012). Coordenou o acordo de cooperação científica entre a Universidade Federal do Paraná e os Archives Jean Piaget, em Genebra, na Suíça (2003-2008). Desde 2008 é coordenadora do acordo de cooperação científica entre a Universidade Alanus, em Alfter, Bonn (Alemanha) e a Universidade Federal do Paraná. Atua desde 1996 como professora com dedicação exclusiva na Universidade Federal do Paraná, atualmente como Associado III. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Psicologia da Educação, atuando como orientadora de dissertações e teses voltadas às discussões em torno dos pensamentos de Jean Piaget, Rudolf Steiner e Lev Vygotsky.

RESUMO

O presente estudo, fruto de tese de doutoramento (Bergonsi, 2011), buscou explicitar conceitualmente Economia Social e Economia Solidária com vistas a fundamentar o Cooperativismo Popular, movimento liderado pelas universidades públicas brasileiras, a partir da década de noventa, e conhecido como Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Caeiros (2008), Andion (2005) e Pires (2004) destacam a complexidade desse exercício teórico considerando a diversidade de tais iniciativas. A complexidade desse exercício justifica a dedicação ao estudo e reflexão na medida em que contribuirá com os estudiosos e grupos ligados ao movimento social, governos, universidades e ONGs para animar o debate em torno da temática, bem como promover os processos formativos consistentes teórica e metodologicamente. Para tanto, se adota a tipologia proposta por Andion (2005) para estabelecer a relação analítica com os pressupostos teórico metodológicos da Economia Solidária de Singer (2002, 2003, 2004 e 2005). Essa análise conduziu à compreensão das organizações Cooperativas Populares de Economia Solidária, conforme a tipologia proposta. Conclui-se que tais organizações não são estáticas; a cada momento se distinguem pela maior ou menor proximidade com o “mercado,” semelhantes às organizações de Economia Social, e com a Sociedade Civil, como é o caso da Economia Solidária e das organizações de Fomento.

Palavras-chave: Cooperativismo Popular. Economia Solidária. Economia Social.

ABSTRACT

The present study, as result of a doctoral thesis (Bergonsi, 2011), sought to explain conceptually Social Economy and Solidarity Economy in order to support the concept of Popular Cooperative, movement leaded by the Brazilian Public Universities, from the

90s, and known as Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Technological Incubator of Popular Cooperatives). Caeiros (2008), Andion (2005) and Pires (2004) highlight the complexity of this theoretical exercise considering the diversity of such initiatives. The complexity of this exercise justifies the dedication to study and reflection insofar as they contribute with the researchers, and groups connected to the social movements, governments, Universities and NGOs, to stimulate the debate around the theme, also promote the training processes in a consistent theoretical and methodological way. Therefore, uses typology proposed by Andion (2005) to establish the analytic relationship with the methodological theoretical assumptions of Solidarity Economy, as described by Singer (2002, 2003, 2003, 2004 and 2005). This analysis leads to the comprehension of Popular Cooperative of Solidarity Economy organizations, as the typology proposed. It concludes that such organizations are not static: every moment differs by greater or lesser proximity to the “market”, similar to organizations of Social Economy, and with the Civil Society, such as the case of the Solidarity Economy and Development Organizations.

Keywords: Popular Cooperative. Solidarity Economy. Social Economy.

RESUMEN

El presente estudio, resultado de tesis doctoral (Bergonsi, 2011), tuvo por intención revelar conceptualmente Economía Social e Economía Solidaria para fundamentar el Cooperativismo Popular, movimiento liderado por las Universidades Publicas Brasileñas, desde los años 90, y conocido como Incubadora Tecnologica de Cooperativas Populares. Caeiros (2008), Andion (2005) e Pires (2004) destacan como es compleja esta tarea teorica considerando la diversidad de tales iniciativas. La complejidad de este ejercicio justifica la dedicación al estudio y reflexión al paso que contribuirá con los

estudiosos y grupos ligados al movimiento social, gobiernos, universidades y ONGs para animar al debate sobre el tema, así como para promover procesos formativos muy bien fundamentados teórica y metodológicamente. Para tanto, se adopta la tipología de Andion (2005) para establecer la relación analítica de acuerdo con los presupuestos teóricos y metodológicos de la Economía Solidaria, según la tipología propuesta. Se concluye que estas organizaciones no son estáticas; en cada momento se diferencian por la mayor o menor proximidad con el mercado, como las organizaciones de Economía Social, y con la Sociedad Civil, como la Economía Solidaria y de las organizaciones de Fomento.

Palabras Clave: Cooperativismo Popular. Economía Solidaria. Economía Social.

INTRODUÇÃO

O movimento de organização de grupos vulneráveis, econômica e socialmente, foi pauta de discussão entre pesquisadores na década de oitenta, animados pela crise que assolava o país. Pessoas desempregadas e em risco de perder o emprego, a miséria batendo na porta de suas casas, era o que retratava a nossa realidade. A sociedade, inexoravelmente, os colocava à margem fazendo reforçar o surgimento da categoria social dos excluídos. Dessa forma, dentre tantos com o intuito de minimizar a exclusão, surge o movimento das universidades públicas: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, atendendo à provocação dos movimentos sociais. Para as universidades públicas coube o desenvolvimento de pesquisas, extensão universitária e programas de ensino que levassem à compreensão dos conceitos inerentes ao Cooperativismo consubstanciado numa outra realidade econômica e política, e que dessem conta de explicar o processo excludente de homens, mulheres e jovens do mercado de trabalho e produzisse conhecimento para contribuir com a transformação da realidade.

Desde então se discutem as bases conceituais da economia que fundamenta o Cooperativismo Popular proposto pelas universidades públicas. O objetivo deste trabalho é a discussão do conceito de Economia Social e de Economia Solidária tendo como orientação o quadro tipológico sobre as organizações que atuam na esfera social desenvolvido por Andion (2005) em relação ao conceito de Economia Solidária de Singer (2002, 2003, 2004 e 2005). Dessa forma, esse trabalho se organiza no sentido de, inicialmente, apresentar a tipologia desenvolvida por Andion (2005) das organizações que atuam na esfera social e que se fundamenta nos conceitos de mundo da vida e mundo dos sistemas de Habermas e de economia substantiva de Polanyi. Tal tipologia se estrutura em três grupos, conforme os seus modos de regulação e a ação cotidiana, a saber: a Economia Social, os Financiadores e a Sociedade Civil. Seguindo, contextualiza-se o movimento mundial do associativismo, para isso fundamentou-se, especialmente nos escritos de Caeiros (2008) e de Quijano (2005). Em seguida, o texto apresenta o conceito de Cooperativismo Popular e de Economia Solidária, desenvolvido por Paul Singer (2002, 2003, 2004 e 2005). Esse estudo permitiu focalizar a Economia Solidária conforme o quadro tipológico formulado por Andion (2005). Finalizando, trata das conclusões construídas pelas autoras a partir do estudo desenvolvido.

A NECESSIDADE DE UMA DEFINIÇÃO

O movimento associativista mundial ressurge, adquirindo maior projeção, a partir da década de oitenta, do século XX, nos espaços de discussão sobre Economia Solidária, tendo em vista o acirramento das crises mundiais contemporâneas. Nesse sentido, percebe-se que esse movimento se organiza por meio das bases, nas comunidades, pela iniciativa de associações de bairros, igrejas, líderes comunitários, e, muitas vezes, por iniciativas individuais ou de grupos. Também esse movimento vem mobilizando iniciativas nas universidades, nos governos-

municipal, estadual e federal, nas ONGs, dentre outras instituições.

O panorama é desenhado, frente às crises mundiais, segundo Pires (2004), com as tintas da competição mundial, com os efeitos avassaladores da economia globalizada, momento esse em que a sociedade almeja formas de superá-los.

Como diz Andion (2005, p. 81), no cenário delineado pelo “após crise do modelo Fordista, o jogo de forças do mercado, amparado pelo Estado de Providência (...)”, houve a necessidade de uma redefinição do papel do Estado, tendo em vista que este já não conseguia “produzir por si só soluções sustentáveis de desenvolvimento social”. Nesse sentido, “A redefinição do papel do Estado enquanto agente regulador traz novos desafios para os processos de intervenção social nas sociedades contemporâneas, fazendo com que o controle das externalidades produzidas pelo sistema capitalista seja feito por novos mecanismos reguladores”.

Ainda seguindo Andion (2005), o cenário acima tratado faz com que a solidariedade administrativa, promovida pelo Estado de Bem-Estar Social, ceda lugar para a participação da sociedade civil nos espaços públicos.

Dessa forma, as profundas transformações de ordem política, econômica e social, que ocorrem no mundo, trazem em seu bojo distintas iniciativas sendo desenvolvidas em vários setores, fundadas na solidariedade.

A diversidade de tais iniciativas, segundo Andion (2005, p. 82), dificulta e até mesmo impede que se adote uma “definição universal e minuciosa para a ação das organizações da sociedade civil na área social”.

Caeiros (2008) corrobora com Andion (2005) no que diz respeito ao esforço que vem sendo feito para distinguir essas organizações. Caeiros (2008) afirma que esta não se trata de uma tarefa fácil, muito menos simples. Neste sentido, alerta os estudiosos para que não sejam tentados a defini-las de forma aleatória e confusa. Considera que o que tem sido observado por parte de alguns autores, no que

tange à escolha da definição, é que, na maioria das vezes, se fundamentam em “critérios subjetivos” ou até mesmo “pouco concretos do ponto de vista científico”.

A necessidade de compreensão desse fenômeno tem levado à constituição de redes interuniversitárias de pesquisa e extensão, com o intuito de sistematizar as experiências desenvolvidas pelas universidades e fora delas. Cabe destacar a organização de Fóruns, como instância política de organização do movimento.

O conceito de Economia Solidária tem sido objeto de muitos debates e discussões no sentido de se afinar uma definição adequada para o termo. Neste espaço de discussão, percebe-se uma grande dificuldade de cumprir este intento quando se dispõe a analisá-la considerando as distintas práticas de intervenção social e da sua fundamentação teórica. Nesse caso é eminente que facilmente confundam-se os conceitos de Economia Social, Economia Solidária e de ONGs.

Adotaremos, assim, a tipologia, desenvolvida por Andion (2005), das organizações que atuam na esfera social, fundamentada na noção de economia substantiva de Polanyi e nos conceitos de mundo da vida e mundo dos sistemas de Habermas. Essa tipologia divide essas organizações em três grupos conforme “seus princípios de regulação e seus modos de ação particulares” (p.83). Assim, as organizações que atuam na esfera social são: a Economia Social, os Financiadores e a Sociedade Civil.

O grupo definido por Economia Social, segundo Andion (2005), se regula pelas trocas mercantis, e se aproxima do mercado. A função desse tipo é a produção de bens e serviços e tem como objetivo a satisfação das necessidades dos seus membros. A autora cita como exemplo as cooperativas e as mutuais de crédito e as cooperativas solidárias. Essas cooperativas visam lucro, embora esse lucro seja dividido proporcionalmente entre seus membros. O outro grupo, o dos Financiadores, representa as fundações públicas e privadas e as ONGs nacionais e internacionais. Essas organizações atuam no

sentido de regular e redistribuir recursos públicos ou privados visando o bem comum. Para Andion (2005, p.84), o papel dessas instituições “se aproxima do papel do Estado, pois atuam como centros distribuidores de recursos, com vistas a diminuir as desigualdades sociais”.

O terceiro e último grupo a ser considerado pela tipologia proposta por Andion (2005, p. 84), são as organizações da sociedade civil, criadas por iniciativa e mobilização da sociedade civil. Essas organizações advêm das iniciativas da Economia Solidária e das organizações filantrópicas que não têm finalidade lucrativa. “Neste grupo predominam formas de regulação baseadas na reciprocidade, tais como o dom e o voluntariado que, por sua vez, são indissociáveis das relações pessoais presentes na esfera comunitária”. (p.84).

Essa tipologia não é estática, o que é importante ressaltar é a distinção que se faz pela sua proximidade ser maior com o mercado, como é o caso da Economia Social, e com a sociedade civil, como é o caso da Economia Solidária.

Desse modo, Andion (2005, p. 84) reforça que “As organizações que atuam no campo social estão em constante interação e suas lógicas se interpenetram, se confrontam e se misturam, prevalecendo umas sobre as outras, em algumas situações, ou negociando entre si, em outros momentos.”

Traçada a tipologia das organizações que atuam na esfera social, a seguir, trataremos de contextualizar e de definir a Economia Solidária, que envolve iniciativas autogestionárias, sem fins lucrativos, regidas por princípios e valores próprios.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INICIATIVAS ASSOCIATIVAS

As organizações associativas remontam à luta de classes que se acirra com a Revolução Industrial, embora viessem sendo gestadas desde o século XVIII. Esse período foi marcado pelas péssimas condições de vida e de trabalho pelas quais vinham atravessando os trabalhadores.

As condições, desumanas ou sub-humanas, a que os trabalhadores eram submetidos devem-se às transformações econômicas e sociais que foram provocadas pelo modo de produção, que se torna hegemônico, e pelas novas relações de produção que se estabelecem. Nesse cenário, os trabalhadores, condicionados pelas rápidas transformações econômicas e sociais, são impelidos à revolta.

Quijano (2005, p. 477) afirma que:

Embora essa ideia começasse a ser elaborada e discutida teórica e politicamente na Europa a partir do século XIX, só viria a adquirir pleno reconhecimento na civilização moderna em meados daquele século. (.) com os seus conhecidos percalços nunca deixou de estar presente no debate e nos conflitos sociais mundiais, muitas vezes no centro do fermento e do fervor, (.). De outras vezes, como agora, a ideia emergiu a partir das margens, mas provocando uma vasta ondulação.

Assim, as revoltas e a organização dos trabalhadores foram incentivadas pelos ideais dos socialistas utópicos do século XIX.

Caeiros (2008), ao estudar a história do surgimento e desenvolvimento das organizações associativas, aponta que essa tem seu marco histórico com a Revolução Francesa, porém foi em 1830, quando Charles Dunoyer, publica em Paris um tratado de economia social, que surge o seu conceito. Nessa mesma década é criado um curso cuja temática é Economia Social, que foi ministrado na Universidade Católica de Lovaina. Dessas iniciativas, surgem grupos, de várias vertentes teóricas, dentre essas, a corrente socialista. Esse grupo era iluminado pelos seus precursores, os socialistas utópicos, que propõem as organizações alternativas ao sistema de produção hegemônico.

Desse modo,

O capitalismo, segundo a perspectiva europeia, é, desta forma, o campo de relações que confere sentido à ideia de “alternativo” para qualquer “modo” ou “sistema de produção” idôneo – como, pelo menos, se espera – não apenas para substituir o sistema de produção do capital, mas, fundamentalmente, para eliminar as raízes sociais e as condições históricas da exploração e da dominação social. (QUIJANO, 2005, p. 477- 478)

Caeiros (2008) aponta que o surgimento das organizações associativas pode ser compreendido historicamente, para efeitos acadêmicos, em cinco períodos. A gênese se deu no período que se estendeu de 1791 até 1848. Este período coincidiu com a Revolução Francesa, momento embalado pela efervescência dos ideais de liberdade, fraternidade e de igualdade. Foi neste período que o movimento cooperativo e associativo operário deu seus primeiros passos, com o objetivo de aumentar o nível de emprego e minimizar as desigualdades sociais, provocadas pelo sonho da revolução. A Comuna de Paris e a tentativa de se constituir um governo operário, autogestionário, marcaram o fim deste primeiro período.

A questão social e o movimento operário marcaram o segundo período que, segundo Caeiros (2008), se estendeu de 1850 até 1900, caracterizando-se pela profunda depressão, resultante do fim da Comuna de Paris e a rápida intervenção do Estado que assume o poder. Com esta situação instalada, o Papa Leão XIII intervém, por meio da Encíclica Rerum Novarum e do retorno às corporações de ofício. Desta forma, se fortalece o movimento associativo ligado a uma corrente contrária às ideias da época: o socialismo utópico, o anarquismo e o socialismo científico de Marx.

Para Quijano (2005), por todo o século XIX

até a I Grande Guerra, na Europa surgiram muitas propostas alternativas, desde as ideias de Saint-Simon sobre a sociedade de produtores, passando por Owen com as ideias das cooperativas, Fourier e os falanstérios e até Marx e Engels com a proposta da nacionalização de todos os recursos da produção. Dentre outros, como a Comuna de Paris, o anarquismo e os conselhos operários.

O terceiro período, segundo Caeiros (2008), é marcado pelos regimes totalitários, cujo pressuposto ideológico contestava o liberalismo e a defesa de um estado forte, capaz de conduzir os destinos da sociedade. Para ilustrar este período tiveram-se exemplos preciosos, tais como os modelos: tenentismo no Brasil, o fascismo na Itália, o na Alemanha e o Estado Novo em Portugal. Este período que transcorreu do ano de 1901 até 1945, caracterizou-se por episódios violentos: a I e II Guerras Mundiais e pela Revolução de Outubro, a Socialista de 1917. Nesse período houve, pode-se dizer, uma desestruturação total das cooperativas advindas do movimento, que ainda sobreviviam, fazendo surgir as cooperativas setoriais, divididas por ramo de atividade. O movimento operário se enfraquece e o movimento cooperativista se fragmenta em consequência das guerras e da revolução. Nos Estados Unidos, em 1929, há a grande depressão e o New Deal, responsável pela mudança de pensamento da sociedade da época, que estabelece um incremento às questões sociais.

Os fundamentos da Economia Social e da Economia Solidária já estavam postos como modo de produção alternativo no primeiro período caracterizado por Caeiros (2008) e Quijano (2005).

Para Quijano (2005), a proposta mais popular e de alcance objetivo é a da nacionalização da economia, proposta por Marx e Engels, e explicitada no Manifesto do Partido Comunista de 1848. Essa proposta foi levada a cabo pela social democracia europeia, com maior intensidade pelos bolcheviques. Quando os bolcheviques tomaram o poder na Rússia, em 1917, o projeto foi implantado e este se concretizou na prática. Esta proposta, após a II Guerra Mundial, foi imposta na Rússia e em

todos os países do denominado bloco socialista, de dentro e de fora da Europa. Dado o prestígio e o poder político da União Soviética, tal proposta também se reforçou e se disseminou pelo mundo e, conseqüentemente, depositou às margens as propostas dos socialistas utópicos e as propostas dos anarquistas. A proposta de nacionalização da economia tornou-se hegemônica durante todo o século XX, até a queda do poder da União Soviética e conseqüentemente do bloco socialista, em 1989.

Quijano (2005) nos lembra que, com o advento da II Grande Guerra surgiram dois projetos com importância histórica. Em Israel, o projeto de kibutz, organizado pelas correntes socialistas. Este projeto foi considerado como o mais democrático de uma sociedade socialista. Na atualidade, encontram-se distantes da formulação proposta na sua origem. Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais conseqüentes da guerra da resistência palestina, os conflitos entre liberais e autoritários e o perfil que o capitalismo imprimiu ao Estado de Israel levou os kibutz à subordinação direta a esse estado capitalista.

O quarto período, apontado por Caeiros (2008), foi de 1945 até 1975, chamado de Estado Providência e os Direitos Sociais. Por influência das teorias de Keynes, o Estado de providência é instalado. Esta proposta prevê um Estado regulador, que intervém diretamente na economia, não mais necessitando de outras instituições reguladoras para além do Estado. Esse modelo faz com que os planos para a constituição de uma Economia Social naufraguem. Conseqüentemente, e mais especificamente, é neste período que os diversos conceitos de Economia Social começam a surgir, distanciando-se do conceito original. Esses conceitos, muito difusamente passam a dar significado para uma série de ações. Desde a análise de questões referentes ao campo da análise socioeconômica até aquelas que se referem à vida de indivíduos e grupos sociais.

Quijano (2005) aponta para a experiência da Iugoslávia, no governo de Tito e apoiado pela Liga Comunista, foi implantado o projeto

conhecido como autogestão operária da produção. Esse projeto, embora estivesse sob o controle burocrático do Estado, colocou-se como alternativo à nacionalização da economia da Rússia e ao despotismo stalinista por meio da proposta da social democracia.

Esse período, caracterizado acima por Caeiros (2008), é o que Behring e Boschetti (2006) definem, fundamentadas em Mandel (1982), como uma fase madura ou tardia do capitalismo que diz respeito

ao desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, considerando esgotado o seu papel civilizatório. (...) a ideia de maduro remete ao aprofundamento e à visibilidade de suas contradições fundamentais, e às decorrentes tendências de barbarização da vida social. (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p.113).

Dessa forma, Behring e Boschetti (2006) afirmam que vimos o processo de crescimento, logo após o ano de 1945, conhecido como “anos de ouro,” e, no final da década de 60, já se apresentavam sinais de esgotamento, anunciando um longo período de estagnação.

De acordo com a concepção marxista, esse é o movimento dialético do capital; ele se dá como uma turbulência onde se relacionam mutuamente “expansão e estagnação”.

Desse modo, “não há nenhuma naturalização desses processos embebidos de subjetividade e historicidade – é a base para os movimentos de aceleração e desaceleração sucessivos no capitalismo: as ondas longas.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 114).

A contradição, apontada por Caeiros (2008), da experiência do Estado de Providência não conviver, ao menos aparentemente, com o projeto de Economia Social, diz respeito à fase de desenvolvimento do capital. Com as estratégias, tanto de Keynes quanto do Estado de

Bem-Estar, a classe trabalhadora alcança alguns benefícios, como acesso ao consumo e proteção da seguridade, e assim é cooptada. O sentido que os trabalhadores atribuem a essa fase do capital é de terem alcançado a social democracia, aliando acumulação e equidade.

Porém, segundo Behring e Boschetti (2006, p. 116),

(...) a recessão de 1974-1975 jogou por terra as crenças de que crises do capital estariam sempre sob o controle do intervencionismo keynesiano. O sonho marshalliano da combinação entre acumulação, equidade e democracia política parecia estar chegando ao fim.

Esse período de recessão agudizou a crise do emprego, aumentando de forma vertiginosa o desemprego. O pleno emprego desapareceu como um passe de mágica. Isso é o que se pensava. Ele vinha sendo gestado “nas ondas longas” do desenvolvimento capitalista.

O quinto e último período, proposto por Caeiros (2008), que se estende até 2006, é definido como o período da crise do Estado-Providência e do redimensionamento da Economia Social. Neste período, o apoio, inclusive financeiro à Economia Social, é oferecido pelo Estado. O desenvolvimento crescente do cooperativismo, associativismo e mutualidades, a contribuição dos movimentos sociais de toda natureza trazem novamente à pauta as práticas e as discussões em torno da temática da Economia Social.

A crise adentra a década de 80, a política keynesiana se enfraquece sobremaneira, e se delinea uma nova era, as políticas neoliberais entram em cena. Conforme Behring e Boschetti (2006, p. 120),

(...) com a ascensão dos neoliberais conservadores nos EUA e na Inglaterra, e o desencadeamento de políticas que já não visam sustentar

a demanda, mas exclusivamente restaurar o lucro. Estas atingem seus objetivos nos países capitalistas, alcançando uma pequena ascensão das taxas de crescimento que gerou certo triunfalismo no início dos anos 1990, acentuado pela queda do Muro de Berlim.

A fase áurea não se sustenta por muito tempo e, ainda na primeira metade da década de 90, assistiu-se a um “período marcado pela desconexão sem precedentes entre taxa de lucro (aumentada) e taxa de crescimento (medíocre).” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 120).

Behring e Boschetti (2006, p. 124) observam que, para esse processo que teve início já na década de 70,

Houve uma resposta contundente do capital (...). Os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional na produção, (...) em busca de um diferencial de produtividade do trabalho, como fonte dos superlucros, cuja característica central é a geração de um desemprego crônico e estrutural.

Com esta situação posta, conforme Behring e Boschetti (2006,p.124), o movimento dos trabalhadores trava uma luta corporativa em defesa dos seus direitos, mas essa luta inglória foi marcada pela degradação do movimento que se mostrou [...] em um intenso processo de desorganização política da resistência operária popular, [...]” o que levou a conclamação da “assertiva neoliberal”, que considera que os trabalhadores “estavam com excesso de poder e privilégios, na forma de direitos sociais.” Percebe-se que quanto mais a onda do neoliberalismo avança, mais a sua força destrutiva se materializa nas condições de vida dos trabalhadores como

consequência da reestruturação produtiva. O ataque se deu em direção às políticas de proteção social, que foram fundadas no Estado liberal, em especial nas políticas redistributivas. Esse ataque se deu com o drástico corte dos gastos nessas políticas.

Conforme Behring e Boschetti (2006, p. 134),

O século XXI se inicia com transformações profundas nas políticas sociais nos países capitalistas centrais. (...), é inegável que as reestruturações em curso seguem na direção de sua restrição, seletividade e focalização; com os compromissos e consensos do pós-guerra, que permitiram a expansão do Welfare State.

Nesse contexto fica evidente a redefinição do papel do Estado, que caminha na direção de um estado mínimo fundamentado no critério de eficiência; como afirma Kilksberg (2002, p. 52)

Neste sentido, infelizmente, a redução efetiva do gasto público social e o desmantelamento dos serviços ineficientes desempenhou um papel determinante no aumento da pobreza. Tardou-se muito na apresentação de programas alternativos mais eficazes.

Como proposta alternativa eficaz, a política neoliberal para a área do desenvolvimento social é a de constituição de “meta-redes”, que representam a contribuição de diversos atores sociais na consecução de tais políticas.

Dessa forma,

O Estado deve ser o fator convocante da formação de meta-redes, que integrem, junto com os organismos públicos da área social, as regiões e os municípios, as ONGs,

fundações empresariais privadas, movimentos sindicais, organizações sociais religiosas, Universidades, organizações de vizinhos, outros atores da sociedade civil e as comunidades pobres organizadas. Essas meta-redes tenderiam a se apoiarem mutuamente e a aproveitar o melhor que cada um dos atores tem para contribuir. (KILKSBERG, 2002, p.67).

Ao Estado neoliberal caberia estimular o voluntariado, responsabilizar as universidades, e repassar recursos públicos para as distintas instituições executarem as atividades voltadas às políticas sociais.

Diante da descentralização e da responsabilização da sociedade civil coube ainda ao Estado neoliberal “reconhecer” a participação como elemento fundamental para a efetividade das políticas sociais. Esse reconhecimento vem das orientações que o Banco Mundial traz no documento “The World Bank participation sourcebook”, de 1996, sendo acompanhado pelo documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Kilksberg (2002, p. 69) assim se refere ao documento do Banco Mundial e, na sequência, do Banco Interamericano de Desenvolvimento:

As evidências dos estudos que fez sobre o assunto são totalmente consistentes, os projetos de luta contra a pobreza e desenvolvimento social, que utilizam modelos participativos, têm resultados superiores aos que utilizam estruturas hierárquicas.(p.68)

O BID vê a participação como o elemento essencial para impulsionar o desenvolvimento e a democracia no mundo.

O gerenciamento relacionado à boa

gestão dos projetos oferece a garantia da sua autossustentação e pode se constituir em um elemento importante para diminuir os vícios clientelistas da descentralização.

No Brasil, apesar da política neoliberal seguir a passos largos no cenário internacional, vivia-se a “ditadura militar pós 64, (...) a expansão do ‘fordismo à brasileira’ por meio do chamado Milagre Brasileiro.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p.134).

A política nacional assume contornos distintos, ao mesmo tempo em que incentiva a política social, retira dos cidadãos os seus direitos políticos e civis, que se entrelaçam com um intenso desenvolvimento econômico, por meio da internacionalização da economia.

Essa configuração é assumida, segundo Behring e Boschetti (2006, p. 134)

no contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, de prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais.

Em meados da década de 70, esse modelo começa a apresentar fragilidades. O regime militar dá sinais de relaxamento e de condições para a conquista da democracia e o Estado brasileiro se converte pela sedução neoliberal.

Cabe ressaltar que mesmo com essa expansão de possibilidades de “acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 137). Essa política traz a inspiração norte-americana e combina duas possibilidades de acesso às políticas sociais: o público e o privado.

O Brasil inaugura a década de 80 mergulhado numa grave crise econômica, mas por outro lado, garante as conquistas sociais. Essa década pautou a “redefinição das regras políticas do jogo, no sentido da retomada do estado democrático de direito.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 140). Para que em 1988, fosse promulgada a nova Constituição: a

Constituição Cidadã, como ficou conhecida no seu texto, promove avanços para a democracia e garante os direitos sociais para os brasileiros. Deve-se ressaltar que tais avanços se deram pelas estratégias políticas de enfrentamento do movimento operário e do movimento popular. Porém, com a política neoliberal já delineada, não havia como a constituição não trazer traços da herança conservadora.

No cenário da nova República, o novo presidente José Sarney não consegue implementar as políticas sociais do texto constitucional, como diz Behring e Boschetti (2006, p. 144),

o carro-chefe da política social de Sarney, por exemplo, foi o conhecido Programa do leite, mais voltado para instrumentalizar as associações populares – incumbidas de distribuir tickets para as famílias, o que gerou vantagens clientelistas – do que em promover a ampliação do acesso à alimentação. Assim nesse período, mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado, e setorizado da política social brasileira, subsumida à crise econômica, apesar do agravamento da questão social.

Ao adentrar nos anos 90, as autoras Behring e Boschetti (2006) apontam para a tendência reformista que a partir do governo Collor se instala e tem continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso. Essas reformas dirigiam-se para a reorganização do Estado com vistas ao mercado, abertura às importações, privatizações e ao sistema previdenciário. Era o projeto de modernização do país.

Desse modo, nos anos 90, o Estado brasileiro, segundo Behring e Boschetti (2006, p. 149), autodesignou-se de reformista, que as autoras avaliam da seguinte forma:

Partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação

indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando o seu sentido, as suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica.

O movimento “pseudo reformista,” como aponta Behring e Boschetti (2006), liderado pelas privatizações, dilapidou o patrimônio público. Isso porque, além do governo entregar as empresas para o capital estrangeiro, oferece vantagens a ele, oferecendo liberdade para comprar os seus insumos fora do país. Isso dilacerou as empresas que ficaram aumentando ainda mais o desemprego.

O Brasil, nessa avidez neoliberal, segue as orientações do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento em pauta, e institui o Programa de Publicização, que consistia na legalização de instituições não governamentais e filantrópicas, para se habilitarem na condição de executoras de políticas públicas. Desse modo, pôde-se assistir à “separação entre formulação e execução das políticas, de modo que o núcleo duro do Estado as formularia, a partir da sua capacidade técnica, e as agências autônomas as implantariam.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 154).

O Estado brasileiro deixou para trás as conquistas históricas do povo brasileiro, configurando um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo. Tudo isso num contexto em que as forças de resistência se encontram fragmentadas, particularmente o movimento dos trabalhadores em função do desemprego, da precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p.156).

O governo Lula não passou imune a essa crise e às práticas neoliberais. Behring e Boschetti (2006) analisaram a evolução dos números do superávit primário, das despesas com seguridade social, da distribuição dos recursos entre políticas sociais e do crescimento do PIB no período de 1990 a 2005. As suas análises nos levam a compreender pelo ângulo do orçamento, “a condição das políticas sociais e da seguridade social, e revelam que estamos num período de estagnação, corrosão e ausência de saltos qualitativos da alocação de recursos para as políticas de seguridade social, mesmo com a mudança do governo em 2003” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 168).

Desse modo é que os estudos de Andion (2005) sobre Terceiro Setor, Economia Social e Economia Solidária nos remetem ao grau de importância que a sociedade civil assume na constituição dessas novas formas de organização. A atuação da sociedade civil na constituição desta nova organização social se dá, como já foi exaustivamente colocado neste texto, pelo “desencantamento ” das “utopias tradicionais,” como se refere Andion (2005).

Desse modo, definir sociedade civil se faz premente.

A esfera de interação social entre economia e Estado, composta principalmente de uma esfera íntima (especialmente a família), a esfera das associações (especialmente aquelas voluntárias), movimentos sociais e formas de comunicação pública. A sociedade civil moderna é criada através de formas de autoconstituição e automobilização. Ela é institucionalizada e generalizada, por meio das leis e especialmente dos direitos subjetivos que estabilizam a diferenciação social. As dimensões de autocriação e de institucionalização podem

existir separadamente, mas ambas são necessárias para a reprodução da sociedade civil (COHEN, ARATO, 1997: ix tradução livre. apud ANDION, 2005).

Foi então o fortalecimento da sociedade civil que provocou o surgimento dessas formas “alternativas” de organização que integram elementos econômicos e sociais.

Esse movimento de organização da sociedade civil, de acordo com Caeiros (2008), Quijano (2005), Souza e Rodrigues (2005) e Andion (2005), vem no bojo da liquidação do Estado de Bem-Estar Social, da década de 70.

O Estado de Bem-Estar Social, segundo Andion (2005), se funda na solidariedade administrativa, transfere a missão de organização para a sociedade.

Desta forma, Andion (2005, p. 81) afirma que

O fato de a solidariedade administrativa, promovida pelo Estado do Bem-Estar Social, ter cedido lugar para a participação da sociedade civil nos espaços públicos reconfigura a noção de política na atualidade. Essa reconfiguração não significa, segundo Giddens, um desinteresse geral pelos temas coletivos como solidariedade e democracia, mas a concepção de novas formas de se chegar a eles.

Com base nesses autores, pode-se afirmar que o fenômeno da Economia Solidária, no Brasil e em outras partes do mundo, está ancorado na organização da sociedade civil, como consequência da reorganização do Estado, para atender políticas neoliberais.

Destaca-se que o movimento da Economia Solidária no Brasil teve início em meados da década de oitenta do século XX, portanto, num momento de grave crise econômica, mas que, por outro lado, privilegia a questão social. Surge no contexto de

discussão e promulgação da Constituição Cidadã. É ainda testemunha, por todos esses anos, da gradual desarticulação das políticas de proteção em favor do mercado, quando as possibilidades preventivas e redistributivas tornam-se limitadas (Behring e Boschetti, 2006, p. 156).

Na sequência será abordada a concepção de Economia Solidária fundamentada na perspectiva defendida por Paul Israel Singer. Isto porque é a base do trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e, além disso, segundo Azambuja (2009), é Singer quem traz o modelo do cooperativismo autogestionário para o centro da discussão, tratando esse modelo como uma organização econômica solidária, onde, por meio de práticas autogestionárias, as pessoas nela envolvidas conseguem exercitar os valores ideológicos de solidariedade, participação, igualdade e cooperação.

O EXERCÍCIO DA DEFINIÇÃO

Assim, passamos a definir Economia Solidária, conforme Singer (2002, p.10). Economia Solidária é

outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição da renda.

Esse modo alternativo de produção, conforme Singer (2002, p. 9), surge da necessidade de uma sociedade onde houvesse a predominância do valor da igualdade. Nesse sentido, perseguia-se uma forma de fazer uma economia diferente,

“seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”.

Para Gaiger (2004), a Economia Solidária pretende fazer a inclusão dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou aqueles indivíduos que estão motivados pelos valores doutrinários, e também aqueles que buscam uma estratégia para a sua sobrevivência. Esses indivíduos-trabalhadores são nucleados em torno de um empreendimento econômico, de base solidária, por meio da associação livre, cujos princípios se pautam na autogestão, na cooperação, eficiência e viabilidade.

A Economia Solidária, desse modo, conforme Singer (2004, 2005), se fundamenta nas proposições dos socialistas utópicos, destacando-se Saint-Simon, Owen e Fourier, aquelas acatadas desde os primeiros acenos do cooperativismo do século XIX, que influenciaram decisivamente os pioneiros de Rochedale na constituição do projeto das cooperativas de consumo.

Este modo de fazer a economia, com base na solidariedade e não na competição, remonta para mais de dois séculos. Na concepção de Singer (2005, p. 83):

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas – ferramenta e do motor a vapor do início do século XIX. (...) Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia sintetizadas na ideologia do socialismo.

A necessidade premente de uma “outra economia”, reside no fato de que convivemos numa sociedade naturalizada, cuja economia é a de mercado. Essa economia traz em seu seio a competição como elemento fundamental. A competição é um fenômeno que tendencialmente produz efeitos não muito agradáveis. Ela polariza a sociedade em dois agrupamentos: os que podem e os que não podem, os que ganham e os que perdem,

dentre tantas outras categorias de agrupamentos humanos polarizados. A recorrência dos fracassos individuais leva à formação de grupos de excluídos, posto que a sociedade que se almeja não comporta perdedores.

É nesse sentido que Singer (2004, p. 8) salienta que “Tudo isso explica porque o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores.” [...] “A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra”.

Desse modo, as organizações de Economia Solidária, para Gaiger (2004), transcendem a lógica econômica do modo de produção capitalista, posto que no trabalho associado, as estratégias agem em prol dos trabalhadores. A noção de eficiência é muito mais ampla. Esta deve atingir as pessoas e, assim sendo, tem o mesmo grau de importância que é a qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação dos objetivos culturais e ético-morais.

A Economia Solidária traz o novo, que está relacionado, conforme Quijano (2005, p. 487), a “perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo”. As organizações da economia solidária não se pautam exclusivamente na renda, embora elas sejam importantes para a reprodução da vida. Como afirma Icaza e Tiriba (2004, p. 173), ela “é uma dimensão da economia que transcende a obtenção de lucros materiais e está intimamente vinculada à reprodução ampliada da vida” ou, como diz Gaiger (2004, p. 229), as organizações deste modo de produção, sejam cooperativas, associações, grupos de produção e empresas autogestionárias, “combinam suas atividades econômicas com ações de caráter educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social na qual está inserida”.

Assim, para Singer (2004, p. 9),

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se

associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.

No Brasil, a Economia Solidária, segundo Singer (2003, p. 25), “Começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos de 1990”. Ele aparece por meio dos movimentos sociais como reação à crise do emprego e agravada pela abertura do mercado interno às importações.

O movimento da Economia Solidária, desse modo, explicita seus fundamentos no movimento de trabalhadores, apoiado pelos sindicatos, dirigido à ocupação das empresas em processo falimentar, onde trabalhavam. A ocupação da empresa resultava na constituição de cooperativas de produção, que retomavam a produção e recuperavam os postos de trabalho para aqueles trabalhadores desempregados. Desse movimento surge a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias de Participação Acionária – ANTEAG.

Nesse mesmo sentido, segundo Singer (2003), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, empenhado na luta contra exclusão, organizando os trabalhadores, primeiramente do campo e, em seguida, das cidades que quisessem trabalhar na terra. Esse movimento tinha como objetivo ocupar terras improdutivas, assentar as famílias integrantes do movimento, e tornar essas terras produtivas. Em seguida, o movimento organizou cooperativas de produção para que os assentamentos se viabilizassem economicamente. A luta pela terra se fortaleceu, e com isso obteve do governo a posse das terras.

Outro movimento expressivo foi o da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderado por Betinho, no Rio de Janeiro, que se estendeu por todos os estados brasileiros.

Ainda na década de noventa, surge o movimento das universidades, com o mesmo intuito: luta contra a exclusão por meio

de atividades de Extensão: o Programa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Segundo Singer (2003, p. 25), era objetivo das Incubadoras: “organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, entre outros”.

Pires (2002,p.2), por ocasião do II Encontro sobre Cooperativismo , promovido e realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, reflete, em sua palestra de abertura, sobre as discussões que sugerem “a crescente necessidade de engajamento da universidade na construção da cidadania e, especialmente de inclusão social”. (p.2). Por conta disso, Pires (2002, p.2) aponta que “os programas de extensão universitária passam a ser compreendidos enquanto a expressão de capacidade da universidade em atender às demandas socioeconômicas que são permanentemente reformuladas na sociedade contemporânea.”.

Por outro lado, Pires (2002, p. 7) reconhece a importância desse momento político, econômico e social para as universidades, no que tange à reflexão sobre a sua função social:

É dentro dessa perspectiva, nos parece, que se devem buscar os elementos para uma (re) significação da universidade em seus propósitos e em seus desafios. Premida por pressões econômicas e produtivas por um lado e, por uma fundamentação ético-política do outro, a universidade se reestrutura na busca de significados e na redefinição de sua função social.

Diante das reflexões contidas na palestra de Pires (2002), cabe ressaltar que, distintamente das instituições que congregaram o que Singer chama de ressurgimento da Economia Solidária no Brasil, a universidade é comprometida com a perspectiva acadêmica, bem como com a perspectiva social.

Desse modo, essas ações reconhecidas como de extensão universitária devem ser entendidas como a sua definição: “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino, a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.” (FORPROEXT, 2007, p. 17).

Retomando Singer (2003), outras entidades foram se integrando ao projeto de inclusão social: A Caritas, vinculada ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Agência de Desenvolvimento Social da Central Única dos Trabalhadores, a UNISOL, criada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista com o apoio da Secretaria do Trabalho de São Paulo, a ADS-CUT, o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos – DIEESE, a UNITRABALHO, que viriam a apoiar a ADS. Assim, “A ADS mobiliza sindicatos em apoio à economia solidária e se empenha na construção de uma rede nacional de crédito solidário, formada por cooperativas locais de crédito que criarão um banco cooperativo para lhes dar apoio” (SINGER, 2003, p. 26).

Desse modo, o Grupo de Trabalho da Economia Solidária – GT brasileiro foi criado no ano de 2001 com o intuito de articular nacional e internacionalmente as redes de Economia Solidária para a participação no Primeiro Fórum Social Mundial. Esse GT brasileiro, no ano de 2002, viveu a vitória de Lula para Presidente da República. O movimento se amplia e é entregue ao novo presidente um documento que expressa a necessidade de uma Política de Apoio à Economia Solidária, por ocasião do Fórum Social Mundial de 2003 em Porto Alegre. Nessa ocasião o governo se compromete pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, que se torna realidade e tem como titular o professor Paul Singer.

Esse movimento cresceu de forma vertiginosa e atingiu todos os estados do território nacional. De acordo com as informações contidas no site da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho (2011),

a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

O movimento da Economia Solidária reforça o protagonismo da sociedade civil na sua organização e desenvolvimento.

Desse modo tem-se a explicitação dos conceitos da Economia Solidária, bem como das suas relações com a sociedade civil que possibilitam algumas conclusões com base na tipologia das organizações sociais, proposta por Andion (2005).

À GUIA DE CONCLUSÕES

As reflexões acima permitem apontar que conforme a tipologia das organizações, proposta por Andion (2005), a Economia Solidária pertence ao grupo das organizações da sociedade civil, criadas por iniciativa e mobilização da própria sociedade civil, e não tem finalidade lucrativa. Andion (2005, p.84) afirma que “Neste grupo predominam formas de regulação baseadas na

reciprocidade, tais como o dom e o voluntariado que, por sua vez, são indissociáveis das relações pessoais presentes na esfera comunitária”.

Desde o início, até mesmo no desafio para as universidades, o movimento da Economia Solidária se expressa pelas organizações da sociedade civil. Como se pode recuperar da história o protagonismo da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, ONG liderada por Betinho, no Rio de Janeiro, que chama a Universidade Federal do Rio de Janeiro para contribuir por meio de projetos que possibilitassem a inclusão das pessoas, que viviam no seu entorno, que estavam abaixo da linha da pobreza, vitimadas pela violência e pelo tráfico. Esse chamamento da sociedade civil para que as Universidades contribuíssem com o projeto nacional de inclusão econômica e social da população vulnerável toma a dimensão do território brasileiro. Isso porque o movimento das Incubadoras se expande pelos Estados. Assim foi que os movimentos buscam organizar essa população para trabalhar e obter renda por meio do modelo associativo. No Paraná não foi diferente, as Secretarias de Estado e do Município, sindicatos, ONGs e movimentos organizados buscam esse modelo associativo para dar conta da inclusão em parceria com a ITCP-UFPR.

A tipologia de Andion (2005), que caracteriza a Economia Solidária como organização da sociedade civil, se reforça com o conceito de Economia Solidária apresentado por Singer (2002), que trata esse modelo organizacional como uma diferenciada forma de produzir e das relações entre capital e trabalho valorizando a propriedade coletiva ou associada e a liberdade dos indivíduos e do coletivo. Dito que as iniciativas de Economia Solidária são organizações da sociedade civil, essas afirmam-se pelas experiências dos Programas Universitários de Extensão, passando a ser modelos de organização associativa e cooperativa autogestionária, fundamentada no trabalho coletivo.

De acordo com o texto de apresentação feito pelo Ministério do Trabalho, que abriga a

Secretaria Nacional da Economia Solidária, torna-se explícita a relação da Economia Solidária com a categoria Sociedade Civil, posto que reconhece o avanço dessas organizações pelas mãos de uma organização que extrapola os muros do Estado. Esse avanço tem se dado pelo apoio das entidades públicas e privadas, bem como pelas Redes que fortalecem o seu status na sociedade. O processo de desenvolvimento do movimento também reforça a caracterização proposta, considerando que a criação dos distintos Fóruns de Economia Solidária expressa a organização da sociedade civil em nível local, estadual e nacional em defesa das organizações cooperativas e associativas populares e a indicação propositiva de políticas públicas pelas instâncias governamentais. As Redes universitárias como a Rede de ITCP's e a Rede Unitrabalho fazem parte do cenário de organização e formação dos grupos de organização de Economia Solidária. Mais uma vez a sociedade civil é o destaque desse modelo associativo.

O “re-surgimento” desses modelos organizacionais coincide com o período, definido por Caieros (2008), da crise do Estado-Providência e do redimensionamento da Economia Social e da Economia Solidária. Como consequência dessa crise e do redimensionamento no trato das iniciativas organizacionais o Estado torna-se o principal apoiador financeiro desse movimento e das iniciativas econômicas que emergem. Isso pode ser visto a partir do reavivamento do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC-FINEP), que tem como objetivo o financiamento das atividades inerentes à Extensão e com ela a Pesquisa e o Ensino sobre o tema. Embora o PRONINC não financie diretamente as iniciativas, possibilita que as Universidades contribuam com a transformação social por meio da produção de conhecimento pelos docentes e acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação. O apoio do Estado também é explicitado pela ação dos Ministérios do governo federal, ao lançar editais, consultas e outras modalidades. Contribuíram de forma sustentável com as organizações associativas solidárias que surgiam. As ações dos

Ministérios contribuíram para o fortalecimento das atividades de Extensão nas Universidades. Assim, vê-se a emergência aguda do cooperativismo, associativismo e mutualidades, a contribuição dos movimentos sociais de toda natureza trazendo novamente a pauta das práticas e das discussões em torno da temática da Economia Social.

Embora se tenha clareza que a Economia Solidária é um modelo de organização característico da Sociedade Civil, ela também se aproxima do que Andion (2005) denomina de Economia Social. Essa aproximação deve-se ao fato de suas ações também serem reguladas pelas trocas mercantis. Embora as relações de compra, de venda e de prestação de serviços que movimentam recursos financeiros são estabelecidas com o mercado, posto que tais atividades são tipicamente do mercado convencional, elas não visam lucro, no sentido clássico de lucro. A relação das iniciativas econômicas solidárias são assim fundamentadas na garantia da satisfação das necessidades dos membros associados individualmente e do coletivo. O que se denomina de renda para os associados, posto que remunera o trabalho.

Tomando o grupo dos Financiadores, as fundações públicas e privadas, as ONGs nacionais e internacionais e as Cooperativas Solidárias de Crédito, de acordo com a tipologia proposta por Andion (2005), as organizações da Sociedade Civil sob o modelo de iniciativas de Economia Solidária se relacionam de forma muito próxima com as instituições desse grupo. Tal aproximação tem como finalidade a garantia da sua sustentação financeira no mercado. Seja ela para a aquisição de materiais e equipamentos, ou seja, para garantir capital de giro necessário para a sobrevivência da iniciativa. Para ilustrar, as iniciativas formadas pela Universidade recebem apoio de instituições tais como ONGs, Lojas Maçônicas, Sociedades Rotárias, projetos de responsabilidade social das empresas tradicionais, dentre outras. Ainda as iniciativas solidárias também podem ser financiadoras de projetos da economia solidária a exemplo das Cooperativas Solidárias de Crédito.

Pode-se concluir que as organizações

da sociedade civil, as iniciativas Associativas e Cooperativas Populares, em especial aquelas que são apoiadas pelos Programas de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, conforme a tipologia proposta neste estudo, não são estáticas, são claramente consideradas organizações da sociedade civil denominadas de Economia Solidária. Por outro lado, a partir do momento que se colocam para a produção ou prestação de serviços a outrem, são financeiramente beneficiadas pela divisão das sobras, pela renda, pela composição dos fundos, aproximam-se do mercado, são organizações de Economia Social.

Desse modo, para Andion (2005), as organizações que intervêm no espaço social são dinâmicas. Elas não atuam isoladas, elas interagem e se interpenetram. Conforme a própria lógica social, elas se confrontam e se contradizem. Suas características são marcantes e hegemônicas em determinados momentos da ação organizacional, de acordo com a caracterização tipológica.

Pode-se afirmar, assim, que as organizações associativas incubadas pelas universidades são Cooperativas Populares orientadas no que diz respeito às trocas pela Economia Social e organizadas pela sociedade civil; e considerando as suas relações interpessoais, internas ou externas, são solidárias. Nesse sentido, têm-se iniciativas econômicas solidárias com base econômica social de acordo com a atividade que desenvolvem: produção, consumo, prestação de serviços e fomento.

REFERÊNCIAS

ANDION, C. **A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios.** RAC, v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005: 79-101.

BERGONSI, S.S.S. **Economia Solidária: uma proposta de educação não formal.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:**

Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2006._____. PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO Disponível em:

<<.http://www.renex.org.br/index.php?option=com_ent&view=article&id=45&Itemid=20>> Acesso em: 10/07/2011.

_____. Portal do MTE. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria. Acesso em 10/07/2011.

CATTANI, Antonio David (organizador), **A outra economia**, Porto Alegre: Veraz, 2003

CAEIROS, J. M. C. **Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia.** Rev. Katálysis, Florianópolis, v.11, n.1, p. 61-72, jan./jun. 2008.

GAIGER, L. I. **Empreendimentos Econômicos Solidários.** In: CATTANI, Antonio Davi (org). La otra Economía. UNGS/Editorial Altamira/Fundación OSDE. Buenos Aires. 2004. GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativa de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003, p. 111-122.

ICAZA, A. M. S; TIRIBA, L. **Economia Popular.** IN: CATTANI, A. D. (org). La otra Economía. UNGS/Editorial Altamira/Fundación. OSDE. Buenos Aires. 2004, p. 173-86.

PIRES, M. L. L. e S.: **“Cooperativas & Mercado de Trabalho”** palestra proferida no II Encontro sobre Cooperativismo.Recife, 2002.

PIRES,M.L.L. S.(org.) **Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro.** Recife:Bagaço, 2004.

QUIJANO, A. **Sistemas alternativos de produção?** In: SANTOS, B. S (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 475-514.

SANTOS, B. S.; RODRIGUEZ, C. **Introdução: para ampliar o cânone da produção.** In: Reinventar a emancipação social para novos manifestos: Produzir para viver os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-76.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, P; SOUSA, A. R. de. (orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003, p 11-28.

_____. **Incubadoras Universitárias de cooperativas:um relato a partir da experiência da USP.** IN: SINGER, P; SOUSA, A. R. de. (orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003, p 123-133.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: SANTOS, B. S. (Org.). Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129.

WEBER, M. A **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Martin Claret. 2006.

1. Weber, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Martin Claret. 2006.

2. CATTANI, Antonio David (organizador), **A outra economia**, Porto Alegre: Veraz Editores, 2003

3. Palestra de abertura do II Encontro sobre Cooperativismo: “Cooperativas & Mercado de Trabalho” proferida pela professora doutora Maria Luiza Lins e Silva Pires, realizado em 14 e 15 de agosto de 2002, em Recife.